

A Formação Profissional do Jornalista

Othon Jambeiro

RESUMO

O autor defende o princípio de que a fiscalização do exercício das profissões deriva da obrigação que a sociedade se impõe de formar adequadamente os Profissionais. Ele critica a formação dos Jornalistas como é feita hoje na Universidade e a omissão dos empregadores no treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais da Imprensa. Sua proposta compreende maior vinculação entre a Universidade e os órgãos de classe, da área de Comunicação, definição precisa do mercado de trabalho e melhor compreensão do papel das empresas de comunicação na formação do profissional.

A sociedade tem a obrigação de formar adequadamente as pessoas a quem confia a tarefa de serem elementos de sua consciência crítica. Da mesma maneira que está obrigada a bem instruir a quem cuida de sua saúde e de sua educação, por exemplo. Por isso, a sociedade só permite que exerça o Jornalismo quem foi para isso habilitado.

É esse o principal sentido da defesa das profissões e não a redução que alguns pretendem, ao ro

tular esta luta social de "defesa de interesses puramente corporativistas". Porque na verdade, quando um sindicato ou qualquer entidade de classe fiscaliza o exercício da profissão, está atuando - mesmo que não o verbalize - sobretudo em nome e em defesa da sociedade.

Na área do Jornalismo, o que sempre se quis e parcialmente se conseguiu, foi permitir que sejam jornalistas apenas aqueles para isso preparados. A legislação não buscou outra coisa, assegurando, todavia, aos que já tinham o Jornalismo como profissão, o direito de continuarem a exercê-lo.

Esta compreensão do problema põe no debate outra questão, que pode ser assim formulada: se a sociedade exige jornalistas profissionais capazes de atender a suas necessidades, tem obrigação de criar as condições para que sejam adequadamente formados - no sistema educacional - e permanentemente atualizados e aperfeiçoados - no sistema empresarial.

Esta é, de fato, a verdadeira questão da habilitação do jornalista hoje. Primeiro, porque o sistema educacional não o forma bem; segundo, porque as empresas jornalísticas não assumem a responsabilidade pelo seu treinamento e aperfeiçoamento. Querem que a Universidade lhes entregue o "produto" pronto e acabado, função que ela não tem, nem poderia ter - tudo se move e se modifica, e somente um aluno profissionalizado como tal, estaria, em tese, sempre atualizado e sempre aperfeiçoado.

No que se refere a formação como se dá, hoje, pouco é necessário dizer para confirmar o que todos já sabem: por força da inexistência de uma real Universidade Brasileira - comprometida com os interesses brasileiros, que expresse, preserve e enriqueça a cultura da sociedade brasileira - a formação, tanto básica quanto específica, requerida para o exercício da profissão de jornalista, não tem sido possível adquirir-se plenamente nos atuais cursos de Comunicação.

Mas o fenômeno não se situa no restrito campo do ensino de Jornalismo. Ele deve ser remetido para o sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente,

para a sociedade brasileira como um todo. Que se consultem os órgãos de classe, os professores, os alunos ou apenas se olhe em volta: é bom o ensino da Engenharia, do Direito, da Medicina, da Sociologia, da Agronomia? Não é à toa que professores, alunos e funcionários do ensino primário, médio e superior têm estado em permanente ebulição, lutando desesperadamente para serem ouvidos em suas denúncias.

Quanto às empresas, alegam sempre crise econômica para livrarem-se das suas obrigações: elegem sempre a redação como o setor da empresa em que deve ocorrer a redução mais imediata dos gastos; cultivam o Jornalismo superficial e insosso que serve à manutenção da situação de extrema desigualdade social; parecem buscar permanentemente a burla de toda a legislação trabalhista no que se refere aos direitos dos empregados, mas querem beneficiar-se dos eventuais conflitos ou omissões das leis; procuram a todo instante aniquilar a regulamentação da profissão, a fim de melhor controlar a "cultura" de suas redações - por eles desejadas de alta produtividade e conformadas aos padrões "da casa".

E, paradoxalmente, embora adotem a economia de mercado, não atendem às aspirações e aos interesses do seu mercado - a comunidade - preferindo servir a minoria dominante.

A solução, onde estaria?

Em primeiro lugar, no estreitamento dos vínculos da Escola com as entidades de classe da área de Comunicação: a mútua realimentação assegurará, no espaço comum, a postura crítica de ambos com relação a cada um e à sociedade; o trabalho unitário fortalecerá a preservação do mercado contra os aventureiros e fracassados de outras áreas e enriquecerá o balizamento da formação profissional.

Em segundo lugar, através de um trabalho conjunto escola/entidades de classe, uma definição clara e perfeita do mercado de trabalho, de tal forma que se conheça pormenorizadamente os espaços profissionais em que os diplomados irão atuar. Tal conhecimento seguramente é básico para que se defina com segurança o caráter e a natureza que devem assu

mir os cursos de Comunicação.

Por fim, debater amplamente o papel das empresas de Comunicação nesta formação, de tal forma que se possa fixar com exatidão o relacionamento escola/empresa/sindicato.

SUMMARY

The author sustains the principle that the supervising of the exercise of the professions derives from the obligation the society imposes itself to form the professional adequately. He criticizes the formation of the journalists as it is given today at University and the omission of the employers in the training and improvement of the professionals of the Press. His proposal includes a larger link between the University and the syndicates and other associations of the area of Communications, a precise definition of the labor market and a better understanding of the role of the Communications enterprises on the formation of the professional.